



SONORA: Usando as perguntas da Ebia, uma pesquisa da Rede Penssan, a Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, descobriu que 35% dos domicílios brasileiros estavam em grau leve de insegurança alimentar em dezembro de 2020. Já 12% dos brasileiros estavam em grau moderado, o próximo estágio no processo da fome. Por fim, a pesquisa descobriu que 9%, ou seja, 19 milhões de brasileiros, uma Grande São Paulo inteira, estavam em uma situação grave de insegurança alimentar, quando fazer três refeições por dia já se tornou uma realidade muito distante.

Bárbara: É, eu sei. A gente já falou de fome por aqui. Esses que você acabou de ouvir são o Gustavo e a Maria Paula, aqui do Prato de Ciência, no primeiro episódio da primeira temporada do podcast. Esse episódio, chamado Fome, foi publicado em junho de 2021, e se você quiser mais informações sobre como tava a situação aqui no país, na época, antes de seguir aqui comigo, é só voltar lá e escutar.

Mas então, por que voltar nesse tema? Porque como você deve imaginar, de lá pra cá os números mudaram... e muito.

SONORA: O representante adjunto da FAO no Brasil, Gustavo Chianca afirma que o país retornou ao mapa da fome por diversas razões.

Bárbara: Bom, falar de fome nunca é demais, ainda mais no Brasil, que enfrenta esse problema há tempos. Ainda mais no Brasil de 2022. As informações que a gente tinha através da pesquisa da Rede Penssan sobre o cenário da fome em 2020 já eram ruins, mas os resultados que a mesma pesquisa apresentou em junho deste ano conseguiram ser ainda mais alarmantes. Se em 2020 eram 19 milhões de brasileiros passando fome, em pouco mais de um ano esse número subiu em mais 14 milhões. Hoje, são 33 milhões de pessoas em situação de fome no Brasil, de acordo com a Rede Penssan. Na prática, são 6 a cada 10 famílias brasileiras preocupadas com a disponibilidade de alimentos em casa. 3 delas que tiveram que diminuir as refeições ou então que estão realmente sem comer.

E você já deve estar atento a isso, mas 2022 é ano de eleição presidencial.

SONORA: Em poucos dias, os brasileiros vão escolher o presidente da república.

SONORA: O ex-presidente Lula aparece na liderança, tem 45% das intenções de voto, seguido de Bolsonaro, com 35%.

Bárbara: Daqui a algumas semanas, a população brasileira vai escolher o chefe do executivo que vai administrar o país pelos próximos quatro anos. E o combate à fome deve ser uma prioridade nessa gestão que se inicia em 2023. Não sou só eu que tô falando isso: diversas organizações - desde a



Fiesp até a ONG Ação da Cidadania - apresentaram manifestos pedindo ao presidentiáveis que priorizem essa pauta. E, claro, os 15% da população brasileira que passa fome atualmente também pedem por agilidade. Quem tem fome, tem pressa.

Eu sou a Bárbara Paro, e nós aqui do Prato de Ciência quisemos dar nossa contribuição pra que você, ouvinte, faça uma escolha mais consciente no dia da eleição. Por isso, trouxemos as propostas de combate à fome dos programas de governo dos quatro candidatos à presidência mais bem colocados nas pesquisas de intenção de voto. Tudo de uma maneira bem resumida. Quem vai nos ajudar nessa tarefa, comentando sobre o cenário atual e quais devem ser as prioridades de ação de quem for eleito é a Catia Grisa, professora no programa de pós-graduação de desenvolvimento rural e no programa de pós-graduação em dinâmicas regionais e desenvolvimento da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

VINHETA: Direto do forno

Bárbara: Antes de começar a descrever as propostas dos presidentiáveis, acho que é importante a gente compreender qual o contexto dessas eleições no que diz respeito à segurança alimentar. Catia, você pode nos ajudar a entender o cenário atual dos programas e políticas públicas relacionadas à alimentação do governo federal?

SONORA Catia:

Então, Bárbara, o que mais a gente tem escutado e enquanto pesquisadora também temos evidenciado é um processo de desmantelamento, de redução, enxugamento ou mesmo a extinção das políticas públicas e dos equipamentos de alimentação e nutrição. Que é reduzir orçamento, que é reduzir número de beneficiários, que é reduzir o impacto da política e também redução de densidade da política pública, que é quando você vai enxugando os instrumentos dela. Poderia aqui dar o exemplo da extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e junto com ele a gente não teve mais a realização do Terceiro Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, que deveria ter sido elaborado em 2020 para atuação até 2023.

A gente também teve a extinção da Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica e ela era bastante importante para criar os planos nacionais de agroecologia e produção orgânica. A gente teria um outro terceiro Plano Nacional de agroecologia e produção orgânica que seria de 2020 a 2023 e também não foi implementado. E esse plano também seria super importante porque aqui tem um debate muito forte sobre segurança alimentar e nutricional e principalmente alimentação saudável.

Também a gente teve a extinção do plano safra da Agricultura Familiar. No período de 2003 a 2018 todos os anos a gente tinha o lançamento de um plano safra específico para agricultura familiar e um plano Safra e um plano agrícola e pecuária para o restante da agricultura brasileira. E esses planos



eles eram bastante importantes porque eles reagem muito à conjuntura, então lá em 2007, 2008, quando a gente teve a crise internacional dos alimentos, é o governo responde produzindo um conjunto de políticas públicas de fortalecimento para agricultura familiar e sempre foi assim, é momentos de crise o governo fortalecia e lançava mais políticas para agricultura é familiar. E desde 2019, então a gente não tem já mais.

Também em termos de extinção é importante a gente destacar a extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário lá em 2016, que era o ministério também dedicado em grande medida a promover e construir políticas para agricultura familiar. Desde a sua extinção é é as responsabilidades para agricultura familiar foram deslocadas, inicialmente para a secretaria especial de Desenvolvimento Agrário e depois, desde 2019, pro Ministério da Agricultura, restritas a uma secretaria específica, que é a secretaria de agricultura familiar. É A gente tinha antes um ministério e nesse processo de deslocamento, a gente teve uma redução muito expressiva do peso político da Agricultura Familiar no Brasil e da da quantidade de gestores e de políticas públicas dedicadas à Agricultura Familiar. E tô enfatizando isso porque a agricultura familiar é uma categoria social muito importante para a produção de alimentos básicos no Brasil.

SONORA: Hoje a agricultura familiar é responsável pela produção de 70% de alimentos do país.

SONORA Catia: Além da extinção, a gente também pode falar de um processo de redução eh bastante expressivo de diversas políticas públicas. Eh nos últimos anos a gente teve um processo de eh, enxugamento do Programa de Aquisição de Alimentos, hoje o programa Alimenta Brasil. E em termos ilustrativos, em 2012, que foi o ápice que a gente chegou do programa, a gente teve a execução de próximo de 850 milhões de reais. Desde 2013 a gente vinha no processo de queda dos recursos do programa e em 2020. eh a gente tinha 285 milhões de reais para o programa. Aí eh como começou a pandemia e o PAA sempre foi um programa bastante reconhecido pela importância para a segurança alimentar o governo federal, colocou mais 500 milhões, então a gente teve uma recuperação da trajetória do programa. Mas mesmo assim, depois de 2021 e esse ano a gente vem no processo de queda do do programa e o ano passado, por exemplo, foi 327 milhões de reais para o programa.

Também o Programa de Alimentação Escolar, que é um programa fundamental para segurança alimentar e nutricional, o que a gente observa é que, dado o aumento da inflação eh e todas as repercussões que isso significa em termos de enxugamento da renda, o programa ele vem com os valores per capita bastante eh congelados desde 2017 e hoje o valor por exemplo que a gente tem o ensino fundamental e o ensino médio é o valor de 36 centavos por estudante.

SONORA: Alunos da rede estadual da capital paulista e parentes denunciam a falta de merenda escolar nas escolas. Um vídeo mostra o que eles têm recebido no lugar de arroz, feijão e carne. Em vez disso tem bolacha, suco e fruta.



SONORA Catia: A gente precisaria eh de uma atualização urgente desses valores, sobretudo que hoje a escola é um dos lugares onde que as crianças conseguem ter acesso à Alimentação adequada e muitas vezes a principal ou a única refeição do dia.

Também é um outro programa que teve uma redução bastante expressiva foi o programa um milhão de cisternas, que é um programa fundamental na região semiárido da brasileira pro acesso à água. Quando a gente fala segurança alimentar e nutricional, estamos falando de o acesso Alimentos, mas também o acesso à água como um bem é fundamental. Em 2014, no Ápice do programa a gente teve uma execução de 149 mil cisternas na na região semiárida brasileira. Em 2021, esse número caiu para 4.305 cisternas, uma queda muito expressiva e na verdade é a gente é a pior execução desde o início do programa em 2003.

O número de assentamentos de reforma agrária no Brasil também foi muito reduzido nesses últimos anos. Eh apenas 16 projetos de assentamentos foram criados desde 2019. 483 famílias foram assentadas. E se a gente comparar em outros momentos, por exemplo eh no primeiro governo do Fernando Henrique Cardoso, foram 192 mil famílias assentadas. Então o desempenho hoje da política de reforma agrária, ele é o mais baixo desde o final da ditadura no Brasil e o início do processo de redemocratização.

MÚSICA DE FUNDO

Bárbara: Agora vamos às propostas de governo dos candidatos à presidência e de que forma elas envolvem as temáticas da fome, da alimentação e da agricultura. Na descrição desse episódio a gente deixou o link para você acessar todos os planos de governos dos presidencialistas.

O projeto de governo do candidato Lula cita a palavra fome por 11 vezes e propõe a centralidade e urgência no enfrentamento da fome e da pobreza. Para isso, promete a estabilidade de preços, recuperar o poder de compra do salário mínimo, renovar e ampliar o Bolsa Família, que hoje se transformou em Auxílio Brasil; ampliar crédito para agricultura familiar, apoiar a reforma agrária e agroecológica, retomar política de compras públicas e estoques reguladores de alimentos, fortalecer circuitos curtos de produção e consumo...

Maria Paula: Peraí Bárbara, vamos fazer uma pausa para explicar o que esses dois últimos tópicos que você falou significam.

Bárbara: Essa é a Maria Paula, que vai me ajudar a explicar alguns termos que podem causar dúvidas por aqui.



Maria Paula: A política dos estoques reguladores é uma recomendação da FAO, a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação, e também aparece na legislação brasileira, na Lei 8.171/91. Ela determina que é papel do Estado manter estoques de alimentos para abastecimento da população em situações extremas e também para controle da inflação. Além disso, a lei determina que os estoques devem ser adquiridos preferencialmente de pequenos e médios produtores.

Já os circuitos curtos de produção e consumo de alimentos são sistemas agroalimentares alternativos, em que se busca a proximidade do produtor com o consumidor, fortalecendo a agricultura local e regional.

Bárbara: Isso, obrigada Maria Paula. Além disso, o candidato Lula também pretende fortalecer o agronegócio sustentável e regular e constituir uma agroindústria de primeira linha.

Agora vamos às propostas do candidato Jair Bolsonaro. Em seu plano de governo, a palavra fome aparece uma única vez. Ele pretende equilibrar as demandas interna e externa de alimentos, priorizando a demanda interna, que é da população brasileira; aumentar a produção nacional de fertilizantes; ampliar o sistema de proteção social através da transferência de renda, que hoje se dá pelo programa Auxílio Brasil; reduzir o preço da energia e do gás de cozinha; fortalecer a capacidade de agregação de valor da agropecuária e acelerar o processo de combate à desigualdade.

O plano de governo do presidente eleito Jair Bolsonaro, por sua vez, faz 7 menções ao termo fome e propõe a implementação da renda básica universal “Eduardo Suplicy”; o estímulo à retomada do setor produtivo com ênfase no agronegócio, a criação de zoneamento agroecológico na Amazônia... hm, Maria Paula, me ajuda aqui?

Maria Paula: Então, a agroecologia é um modelo de agricultura baseada na aplicação de conceitos ecológicos e sustentáveis na produção de alimentos, diferente da agricultura intensiva.

Bárbara: Valeu! Bom, continuando. Se eleito, Jair Bolsonaro também pretende reduzir o preço do gás de cozinha pela metade para famílias pobres, retomar os estoques reguladores e fazer a regularização fundiária.

Por último, o plano de governo da candidata Simone Tebet. Nele, encontramos a palavra fome mencionada no total de 5 vezes. Ela se compromete no combate à inflação, com um programa de transferência de renda permanente, com a instituição de um benefício de renda mínima levando em conta a composição familiar e com a manutenção do poder de compra do salário mínimo. Além disso, propõe o programa Poupança Família para trabalhadores informais e formais de baixa renda.

Outras propostas de Tebet incluem a regularização fundiária, a expansão do crédito para agricultura familiar e comunidades tradicionais, um plano de safra plurianual, com diretrizes de financiamento e



crédito agrícola, a produção nacional de insumos agrícolas e fertilizantes, o apoio a polos agroindustriais e a manutenção de programas, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, Programa de Aquisição de Alimentos e das políticas de compras públicas e estoques reguladores.

MÚSICA DE FUNDO

Bárbara: Bom, pra finalizar esse episódio, tenho só mais uma pergunta. Catia, o que você considera que deve ser prioridade do presidente que for eleito para combater à fome ao começar sua gestão em 2023?

SONORA Catia:

Então a primeira coisa é reconhecer a urgência do tema da fome e da alimentação no Brasil e por isso que esses programas de governos são bons instrumentos para ver isso. Produzir políticas públicas, que é que que respondam a essa urgência. Tem políticas que precisariam ser fortalecidas imediatamente para ilustrar é? E é para resolver ou para minimizar a a fome e a insegurança alimentar. Programas que respondem rápido a isso são os programas de transferência de de renda, porque permite o acesso à população o contribui para que a população tenha acesso aos alimentos então fortalecer os programas de de transferência de renda. Também é muito importante recuperar o poder de compra do salário mínimo. Em outros momentos da história relativamente recente do Brasil o salário mínimo foi usado como um instrumento de desenvolvimento do Brasil. E eu acho que a gente precisa recuperar isso, porque ao ao atualizar ao ao aumentar o salário mínimo a gente tem um impacto na na economia de uma maneira super expressiva. Também acho que tem políticas públicas que seriam importantes recuperar elas e fortalecer elas porque elas produzem bons resultados no enfrentamento da fome. O programa de aquisição de alimentos, hoje o programa Alimenta Brasil é um desses programas reconhecidos internacionalmente pela sua capacidade de fortalecer Agricultura Familiar por um lado e de promover o acesso alimento aos alimentos pela população em situação de insegurança alimentar. Então já temos o desenho desse programa e que responde rápido. Também a alimentação escolar a gente sabe que é um dos programas estratégicos então fortalecer a alimentação escolar.

Mas eu acho que além desses programas emergenciais que respondem rápido a gente precisaria recompor e criar Novas institucionalidades. Eu tô falando de recompor o Sistema Nacional de segurança alimentar e nutricional, o SISAN, que foi estabelecido em 2006 no Brasil. E o SISAN ele organiza a a governança e a construção de políticas públicas de segurança alimentar no Brasil. Composto o cism nós vamos ter o Conselho Nacional de segurança alimentar e nutricional, vamos ter a câmara Inter ministerial de segurança alimentar e nutricional que reúne diversos Ministérios para produzir e monitorar produção de políticas alimentares e de segurança alimentar. Mas eu também acho que a gente poderia e deveria dar um passo a além é justamente para responder a magnitude da crise alimentar que o Brasil Há tá vivendo e para isso seria fundamental reconhecer a



alimentação como uma área estratégica tal como a gente já reconhece saúde, como reconhecemos educação, como reconhecemos meio ambiente. E para isso a gente pensar a criação de um ministério para para alimentação há no Brasil e que esse Ministério Então assumisse as responsabilidades e reconhecesse o tema da alimentação e da insegurança alimentar na agenda pública e junto com a criação desse ministério que a gente assegurasse orçamento para as políticas alimentares no Brasil e que isso fosse repercutindo nos governos estaduais e municipais

Bárbara: Bom, por hoje é isso. Não se esqueça: dia 2 de outubro é dia de eleição para presidente, governador, senador e deputados federal e estadual. Pra finalizar, a Catia levantou outro ponto importante.

SONORA Catia:

A gente tem uma tendência de focar bastante no desmantelamento das políticas públicas e é eu diria que esse processo ele é muito mais amplo. Porque além do desmantelamento de políticas públicas, a gente vem passando por processos de mudanças bastante expressiva na forma de fazer as políticas públicas, com o fechamento de diversos espaços de participação social e mudanças na própria condição do Estado eh operar e construir políticas públicas ou o que a gente chamaria de um desmantelamento das capacidades estatais eh do governo brasileiro. Por exemplo diversas políticas públicas vem passando por um processo de enxugamento em termos de orçamento e isso muito dado a partir da emenda constitucional 95, mas a gente também vem passando por um processo de desmonte da própria burocracia governamental. E aí já tem diversos estudos que vão mostrar um processo de eh, enxugamento do número de gestores que atuam nas políticas públicas em âmbito eh Federal ou o processo de assédio, de perseguição, de de diversas situações que os gestores públicos federais e vem vivenciando. então tudo isso compromete ou ameaça ou pelo menos muda bastante eh a capacidade de produzir eh políticas públicas. Também é importante a gente dizer que a cada mudança de governo é muito normal a gente viver mudanças nas políticas públicas, a cada quatro anos ou mesmo durante é uma gestão a gente tem mudanças nas políticas públicas, mas o que nós estamos vivenciando nos últimos anos é um processo bastante intenso, por todas essas transformações de mudanças, de desmantelamento das políticas públicas, da forma de fazer políticas públicas e das capacidades estatais é a gente tá vivendo um processo muito mais expressivo que foge a dinâmicas corriqueiras que geralmente acontece em qualquer eh governo.

MÚSICA DE FUNDO

Bárbara: Eu agradeço a você que ouviu a gente até o final e espero que esse episódio tenha ajudado na compreensão do cenário atual e das possibilidades de Brasil que temos pela frente.

Se quiser mandar mensagens, opiniões ou sugestões, é só entrar em contato com a gente pelo email pdccast@unicamp.br. Ou então nos nossos perfis do Instagram e do Facebook. É só procurar por @pratodeciencia.



Direto do Forno #04

Eleições

Nesse episódio, utilizamos áudios do Youtube da TV Senado, CNN Brasil, Record TV e SBT do Interior. A produção, apresentação e edição de áudio desse episódio são minhas, Bárbara Paro, com apoio da bolsa Mídia Ciência da Fundação de Amparo Pesquisa do Estado de São Paulo, a Fapesp. Quem apresentou o episódio comigo foi a Maria Paula Gonçalves. A edição e revisão do roteiro foram feitas pela Ana Augusta Xavier. A trilha sonora é de Tavinho Andrade e a imagem de capa é do Pedro Bastos. Os outros efeitos sonoros são do Soundgator e do Blue Dot Studios.

O Prato de Ciência é um projeto da Secretaria de Extensão e Pesquisa da FEA, apoiado pelo Serviço de Apoio ao Estudante da Pró-reitoria de Graduação, e pela Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da Unicamp através do 2º Edital de Apoio a Projetos de Extensão PROEC-PEX - 2020. A coordenação é do professor Anderson Sant'Ana e o apoio administrativo, da Laís Glaser. Agradeço a Catia Grisa pela entrevista, e a vocês pela audiência. Até o próximo episódio!